



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de intermediação para emissão de certidão de aposentadoria. Formulação de manifestações, denúncias, consultas, reclamações e providências não amparadas pela LAI. Descabido provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 090/2018

1. Tratam os presentes autos de demanda formulada à Secretaria da Administração Penitenciária, de número SIC em epígrafe, solicitando intermediação de órgão para obtenção de certidão para fins de aposentadoria de servidor.
2. Em resposta, o ente prestou informações sobre o modo pelo qual o servidor pode pleitear sua aposentadoria. A ausência de resposta recursal ensejou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Destaque-se, preliminarmente, que o diálogo entre cidadão e Poder Público, extremamente salutar, é componente essencial da dinâmica democrática. Necessário que se reconheça, porém, que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho ideal para a formulação de manifestações, consultas, denúncias ou reclamações, tendo antes por objetivo assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme a Lei nº 12.527/2011.
4. Nesse sentido, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União possui entendimento já firmado, asseverando que “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Ademais, da análise dos autos entende-se que, mesmo diante de pedido de providências formulado por meio do Sistema de Informações ao Cidadão, o que não é possível pela lógica da Lei de Acesso, o ente esforçou-se em prestar informações que auxiliem o solicitante a requerer sua aposentadoria.
6. Por oportuno, assinala-se que reclamações e sugestões podem ser enviadas e são acolhidas pelas Ouvidorias, inclusive pela internet (www.ouvidoria.sp.gov.br).
7. À vista do exposto, ante a vedação de solicitação de providências pelo Sistema SIC.SP, e tendo o ente atendido o pedido na medida do possível, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 14 de março de 2018.

GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKI.